OBJETO: Mato Grosso do Sul/UEMS – CNPJ nº 86.891.363/0001-80, domiciliada em Dourados/MS. Regulação das condições para realização de atividades de formação profissional de acadêmicos da Instituição de Ensino Superior – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, referente ao Programa "Vale Universidade Indígena".

AMPARO LEGAL: Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações; no que couber; o Decreto n. 11.261, de 16 de junho de 2.003 e alterações; na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, no que couber; a Resolução SEFAZ nº. 2.093, de 24 de outubro de 2007, Lei n. 3.783, de 16 de novembro de 2009; o Decreto n. 12.896, de 21 de dezembro de 2009 e nas normas operacionais do Programa Vale Universidade Indígena.

VIGÊNCIA: 1º.04.2015 a 1º.04.2017.

DATA DA ASS: 1º.04.2015.

ASSINAM: Rosiane Modesto de Oliveira. CPF n.º 931.326.201-06.
Fábio Edir dos Santos. CPF n.º 123.548.048-81

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 24220/2015

PROCESSO N.º 65/000.313/2015

PARTES: O Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ n.º 15.412.257/0001-28, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho – CNPJ n.º 04.150.335/0001-47 domiciliada em Campo Grande, e a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD – CNPJ nº 07.775.847/0001-97, domiciliada em Dourados/MS.

OBJETO: Regulação das condições para realização de atividades de formação profissional de acadêmicos da Instituição de Ensino Superior – Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, referente ao Programa Vale Universidade.

AMPARO LEGAL: Lei Federal n. 8.666; de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, no que couber; no Decreto n. 11.261, de 16 de junho de 2.003 e alterações; na Lei Federal n. 3.783, de 16 de novembro de 2009; no Decreto n. 13.071, de 24 de novembro de 2010; na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, subsidiariamente e nas normas operacionais do Programa Vale Universidade.

VIGÊNCIA: 1º.04.2015 a 1º.04.2017.

DATA DA ASS: 1º.04.2015.

ASSINAM: Rosiane Modesto de Oliveira. CPF n.º 931.326.201-06.
Damião Duque de Farias. CPF nº 356.347.311-00.

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 24219/2015

PROCESSO N.º 65/000.284/2015

PARTES: O Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ n.º 15.412.257/0001-28, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho – CNPJ n.º 04.150.335/0001-47, domiciliada em Campo Grande, e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – CNPJ nº 15.461.510/0001-33, domiciliada em Campo Grande/MS.

OBJETO: Regulação das condições para realização de atividades de formação profissional de acadêmicos da Instituição de Ensino Superior – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), referente ao Programa Vale Universidade.

AMPARO LEGAL: Lei Federal n. 8.666; de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, no que couber; no Decreto n. 11.261, de 16 de junho de 2.003 e alterações; na Resolução SEFAZ n. 2.093, de 24 de outubro de 2007; na Lei Federal n. 3.783, de 16 de novembro de 2009; no Decreto n. 13.071, de 24 de novembro de 2010; na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, subsidiariamente e nas normas operacionais do Programa Vale Universidade.

VIGÊNCIA: 1º.04.2015 a 1º.04.2017.

DATA DA ASS: 1º.04.2015.

ASSINAM: Rosiane Modesto de Oliveira. CPF n.º 931.326.201-06.
Celia Maria Silva Corrêa Oliveira. CPF nº 018.751.938-20.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, TURISMO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**Republicação**

Republica-se por erro de editoração, publicado no Diário Oficial n. 8.809 de 29 de abril de 2015, pág. 7

FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da lei 2.645, de 11 de julho de 2003, torna público o demonstrativo contábil e o relatório de projetos beneficiados pelo Fundo de Investimentos Culturais – FIC/MS.

Demonstrativo Contábil:
Saldo em 31/12/2.014 R\$ 0,00
Recursos arrecadados ou recebidos no trimestre: R\$ 2.425.587,78
Recursos utilizados no trimestre: R\$ 817.565,88
Saldo de recursos disponíveis: R\$ 1.608.021,90

Relatório de Projetos Beneficiados:

PROJETO	RESPONSÁVEL	OBJETO	VALOR DE Janeiro a Março/2015
Programa de Desenvolvimento Cultural de MS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul – FCMS	Projetos de Incentivo à Cultura	817.565,88
TOTAL			817.565,88

ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, TURISMO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**DELIBERAÇÃO CECA/MS N. 15 DE 24 DE ABRIL DE 2015.**

O **Presidente do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA**, torna público que, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 2º da Lei n. 2.256, de 09 de julho de 2001, combinado com o art. 2º § 4º do Decreto Estadual n. 12.367, de 05 de julho de 2007,

D E L I B E R A "ad referendum"

Processo nº: 23/106303/2014
Assunto: Licença de Instalação
Requerente: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A – Unidade Ivinhema
Município: Ivinhema/MS

Art. 1º Aprovo, "ad referendum", à emissão de **Licença de Instalação** para a atividade de **Usina de Produção de Açúcar e Alcool de Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. – Unidade Ivinhema**, processo **23/106303/2014**, devendo constar na Licença de Instalação as condicionantes assinaladas no Parecer Técnico elaborado pela equipe de análise do **IMASUL**.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande - MS, 24 de abril de 2015.

JAIME ELIAS VERRUCK

Presidente do Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA

SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

Retifica-se por ter constado com incorreção no Extrato do Termo Aditivo de Cessão de Uso n. 002/2014, Processo n. 21/000.138/2014, Publicado no D.O nº 8896, de 08 de abril de 2015, pág. 08.

Onde se lê: EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO 002/2014
Leia-se: EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO 002/2014

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ACORDO E COMPROMISSO PARA REPASSE DE RECURSOS DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO DESTINADOS AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 50.000 HABITANTES – MUNICÍPIO DE BELA VISTA.

Amparo Legal: Lei Federal n. 11.977, de 07/07/2009, alterada pela Lei 12.424, de 16/06/2011, regulamentada pelo Decreto n. 7.499, de 16/07/2011 e Portaria n. 547, de 28/11/2011, do Ministério das Cidades.
20/11/2014

Data de ass: O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL; SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO E DAS CIDADES DO MATO GROSSO DO SUL – SEHAC, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL- AGEHAB; MUNICÍPIO DE BELA VISTA/MS E FAMÍLIA PAULISTA CRÉDITO IMOBILIÁRIO S.A.

Objeto: Reforço do valor estampado na letra "C.1" ESTADO, do anexo I do Termo de Acordo e Compromisso firmado, a título de contrapartida financeira a ser aportada pelo Estado do Mato Grosso do Sul, em R\$ 2.370,00 (dois mil, trezentos e setenta reais), por unidade habitacional, totalizando R\$ 118.500,00 (cento e dezoito mil e quinhentos reais), para complementação dos recursos de subvenção econômica concedidos pela União, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do pacto firmado para edificação das 50 (cinquenta) unidades habitacionais contratadas pelo município de Bela Vista.

Assinam: MÍRIAM APARECIDA PAULATTI – SEHAC
JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA NETO – AGEHAB
RENATO DE SOUZA ROSA – PREFEITO DE BELA VISTA
FAMÍLIA PAULISTA CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A – POR SEUS REPRESENTANTES

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

AGEPAN – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS.

PROCESSO Nº 09/401.013/2014.

SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA – RESSARCIMENTO DE DANOS.

RECORRENTE: ELISÂNGELA DA SILVA FALCKETE.

RECORRIDA: ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A.

RELATOR: AYRTON RODRIGUES.

Despacho fls. 48: Em razão da deliberação do Conselho Diretor, lavrada na Ata de Reunião nº 011, de 27 de abril de 2015, o Conselho Diretor da AGEPAN determina:

O **conhecimento** e o **deferimento do recurso interposto** pela Sra. Elisângela da Silva Falckete em face da Empresa Elektro Eletricidade e Serviços S/A, e **determinar** à Elektro que efetue o ressarcimento de danos elétricos causados nos equipamentos da requerente, nos termos do art. 208 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010. Cabe recurso. Campo Grande, 27 de abril de 2015. Sr. Youssif Domingos – Diretor-Presidente, Sra. Sandra Regina Fabril – Diretora de Administração e Planejamento, Sr. Valter Almeida da Silva – Diretor de Regulação Econômica e Sr. Ayrton Rodrigues – Diretor de Normatização e Fiscalização.

PROCESSO Nº 09/401.015/2014.

SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA – COBRANÇA POR IRREGULARIDADE NA MEDIÇÃO.

RECORRENTE: DUARTE RAMOS E CIA LTDA.

RECORRIDA: EMPRESA ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.

RELATOR: AYRTON RODRIGUES.

Despacho fls. 116: Em razão da deliberação do Conselho Diretor, lavrada na Ata de Reunião nº 011, de 27 de abril de 2015, o Conselho Diretor da AGEPAN determina:

O **conhecimento** e o **deferimento do recurso interposto** pelo consumidor Duarte Ramos e Cia Ltda. em face da Empresa Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A, e **determinar** que a concessionária cancele a cobrança imputada ao consumidor. Cabe recurso. Campo Grande, 27 de abril de 2015. Sr. Youssif Domingos – Diretor-Presidente, Sra. Sandra Regina Fabril – Diretora de Administração e Planejamento, Sr. Valter Almeida da Silva – Diretor de Regulação Econômica e Sr. Ayrton Rodrigues – Diretor de Normatização e Fiscalização.